

Joyce Firmiano

Artista e educadora indígena nascida em Mauá (SP). Através de linguagens variadas, aborda temas como memória, corpo e ancestralidade. Reside em Recife (PE) desde 2015, quando ingressou na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em constante diálogo com questões relacionadas à educação, cultura e sociedade, trabalha também como educadora, realizando oficinas e mediações em espaços formais e não formais.

NARRATIVAS DE UM CORPO TERRA: MEMÓRIAS E SILÊNCIOS EM MEIO AO CAOS URBANO

Sou indígena. Falo com propriedade, pois conheço a minha história. De ascendência Guarani M'bya pelo lado materno e Aranã pelo lado paterno. Escrevi esse relato de como iniciei um caminho de volta às minhas raízes, no intuito de entender a minha identidade e os motivos dos silêncios que ouvi ao longo da vida sobre ela.

Os primeiros encontros com o passado foram mais assustados, meio inconscientes, seguidos de choros profundos. Aos poucos fui entendendo que chorava lágrimas antigas, que não eram só minhas. Aos poucos fui tomando fôlego e indo mais e mais fundo, encontrando belezas, saberes e feridas. Feridas causadas por um processo de colonização que temo não terminar em mim.

Comecei pelo meu nome. Ouvi a vida toda colegas de escola falarem de seus sobrenomes e das origens da família a partir deles. O sobrenome que tenho me foi dado pelo meu pai, que porventura ganhou de seu padrastrô. Procurei, em vão, saber de onde vinha, até descobrir que provavelmente viera de um senhor dono de escravo ou de alguma corruptela, já que se trata de um sobrenome hispano-italiano e meu avô(drastro) era um homem negro, bem como seus pais e avós com os quais não tive contato. Meu pai não teve pai. Sobrava então o "Santos", vindo tanto da família do meu pai quanto da minha mãe que, segundo eles, "é um sobrenome de todo mundo". Desliguei-me um pouco dos papeis e dei mais atenção ao caminho da oralidade, muito presente na família, já que na história oficial não tínhamos "nome". Busquei ouvir novamente as histórias que iluminaram minha infância, desenterrar memórias contidas em lugares distantes e visitar imagens antigas em caixas de sapato, para traçar os caminhos que chegaram até a mim.

Depois de muitos mergulhos, passei a entender meu corpo como um corpo território, que se expande e se compreende tão grande quanto um continente, ainda que seja tão pequeno quando visto desmembrado da terra. As histórias que viveram meus antepassados marcam o meu corpo e refletem a suas lutas. Suas dores e belezas vão se refletindo em mim e em várias outras narrativas similares de diversos povos e seres coletivos, que habitam e descansam sobre este chão.

Quando me entendi indígena, a primeira palavra que ouvi foi o "Não". Repetido, tantas e tantas vezes, quase como um mantra de proteção. A negativa já veio antes de mim, o não do meu avô sobre si mesmo. Na região onde ele nascera, próximo ao Vale do Ribeira no interior de São Paulo, eram – e ainda são – comuns famílias de Guaranis, cuja relação com a igreja católica neste período (início do séc XX) era mantida como estratégia de sobrevivência. Apesar disso, meu avô foi batizado somente após a idade adulta. Segundo minha mãe, depois de um encontro assustador com uma entidade da floresta, ele acabou buscando por proteção espiritual na igreja. Na mesma época em que meu avô ingressará na vida adulta, a família foi forçada a vender a terra onde vivia, num esquema onde o fazendeiro tomou o tre-

cho da terra que dava acesso à água, praticamente expulsando a família. Após a briga com o fazendeiro, meu bisavô adoeceu e pouco depois acabou por falecer, deixando o posto de responsável pela família para meu avô, juntamente com a minha bisavó. A partir daí, as histórias começam a fazer jus a essas negativas, os processos de violência tornam-se cada vez mais viscerais. Sem terra, restava à família sobreviver como "meieiros", cuja metade do lucro daquilo que fosse plantado, teoricamente ficava com o trabalhador e o restante com o proprietário da terra, acordos que dificilmente eram cumpridos de forma correta.

Tudo isso acontecia com outras famílias, já que haviam sido trazidos novos colonos para "povoar" a região, vindos de países como Alemanha, Japão, Itália e Inglaterra, onde as comunidades indígenas foram sendo empurradas para o interior ou integradas às cidades, trabalhando para os colonos. Minha bisavó trouxe consigo, muitas vezes, crianças abandonadas nesse processo de migração. Órfãs ou perdidas. Um dos episódios mais tristes narrados pela minha vó foi em uma fazenda de donos japoneses, cujos moradores/empregados eram proibidos de comer caso não pudessem trabalhar. Minha bisavó foi obrigada a colher, às escondidas, pequenos bagos de milho seco e cozinhar para não morrer de fome, pois precisava cuidar das crianças de colo enquanto os filhos mais velhos trabalhavam.

Foi a partir das sabedorias ancestrais que foram sendo garantidos o sustento e a sobrevivência. Do cultivo do milho, alimento sagrado, e da produção de farinha. E foi plantando, milho e gente, que a família foi crescendo. Das mãos da minha bisavó, foram nascendo inúmeras crianças por onde ela passava. Graças a ela, vieram ao mundo quase todos os filhos do meu avô, estando inclusa a minha mãe, nascida já no interior do Paraná, anos antes da família retornar ao estado de São Paulo, depois de muitas lutas e andanças em busca de trabalho e sobrevivência.

Das memórias de infância da minha mãe, prevalecem as duas senhoras, Vó Ana – parteira e reza-deira – e Tia Justina, cujo hábito do fumo, apesar de ser mal visto inclusive pelo meu avô, não conseguiu abandonar mesmo com a vida na cidade.

Meu avô, falecido em 2015 com 96 anos, não gostava de falar sobre identidade. Talvez pelas feridas, pelo contexto em que nasceu, o "não" fosse o caminho mais seguro, pois o sim poderia significar a morte. Ser indígena significava o não ser "gente", pois o "índio" era/é para o branco um tipo de ser humano menos evoluído, um selvagem "sem deus, sem rei e sem lei". E foi se forçando a ser "gente" que foi sendo negado quem se era.

A geração dos meus pais nasceu tentando absorver todas as ideias de Brasil que lhes foram empurradas pela escola e pela sociedade, contradizendo suas memórias, causando um estranhamento em relação a sua própria história: como se fosse algo secreto, que não podia ser mencionado, que deveria ser esquecido. A promessa era ser cidadão, ter di-

reito a ser “alguém”, a ter um nome ou o mínimo de respeito e dignidade.

Foi buscando uma vida digna, que minha vó, mãe do meu pai, chegou a São Paulo. Vinda do Norte de Minas no início da adolescência era a terceira geração de mulheres que viviam à mercê da exploração dos seus corpos e da sua força de trabalho. Começando pela minha Tataravó, mulher indígena, cujo verdadeiro nome foi deixado para trás, a partir de seu sequestro, estupro e cárcere. E sob custódia do fazendeiro, num misto de ironia e crueldade, foi lhe dado o nome de Custódia. Dentre os filhos e filhas, nasceu Joaquina, minha bisa. E dela minha vó e outros filhos. Não havia avós. Os homens que nasciam iam prestar serviços ao fazendeiro. Às mulheres, restava servir. Nessa região não sobrou ninguém, exceto primos distantes e já sem muita relação familiar. Todos foram sendo consumidos pela lógica colonial.

Nem tudo era dor e tristeza. Meu pai, que de tempos em tempos ia para Minas viver com a família, aprendeu muita ciência da mata, coisa que não se destrói tão facilmente. Aprendeu a caçar com bodoque de giro, respeitar a sabedoria do lobo-guará, a temer a rapidez da Urutu, a conhecer os pássaros só pelo canto, a ouvir a terra e a plantar. Aprendeu muitos remédios da mata, quando colher, como comer e modos de se pescar. Conviveu com sua bisavó e nunca negou de onde vinha. Sempre contou com orgulho da origem indígena, dos sorrisos, das danças e histórias que viveu, inventou e aprendeu. Mas também não se entendia no direito de ser. Talvez porque a história que nos contam sobre o “ser indígena” é sobre identidades que se dissolvem, que devem deixar seu ser para trás, com a promessa de dignidade, de integração, de ser cidadão. É a metáfora do espelho, onde se desvia os olhos de um ser integral para um ser indivíduo, além e acima da própria terra. Enquanto isso, a memória de si mesmo é cada vez mais turva. Se segue ouvindo a promessa

de dignidade que nunca se cumpre, o caminho de exploração vai sendo trilhado, remodelado e re-nominado.

Meu pai, que trabalhou em diversas funções desde criança – feira, barraca de lanche, metalurgia, vendas, desenhos, palavras – aprendeu tudo que pôde para tentar alcançar esse espaço de dignidade e acabou desempregado. Porém, ali, no pequeno pedaço de mato onde cresci, me ensinou tudo que ele pôde. A respeitar a terra e a valorizar tudo que vinha dela. Ensinou-me a plantar, a conversar com o mato e a ouvir o vento. Ensinou-me a pegar passarinho e borboleta com a mão. E ia dizendo sempre o nome de tudo quanto era bicho e planta que a gente encontrava e tinha a resposta pra quase tudo que se perguntava. Minha mãe, mão firme, me ensinou o valor das memórias, a ouvir e ler meus sonhos, a rezar, a cuidar e a não ter vergonha de mim. Que a vida é dura e que eu ia ter que lutar muito. Ensinou-me a seguir em frente, sempre.

Nem tudo foi apagado, esquecido. Em meu rosto está nítida a imagem dos meus ancestrais, talvez por isso eu tenha buscado tanto. Hoje eu sei de onde venho e me descubro mais a cada dia. Lutei muito para montar um quebra-cabeças genealógico, ir desvendando e conhecendo as origens. Aprendendo com outros indígenas que cruzaram meu caminho, feito criança nas aldeias. E entendi que tanta coisa daquele passado ainda está viva, apesar de todas as ilusões, dores e violências. Entendi que há muito mais a se ouvir e aprender. Tanto dos parentes que vivem resistindo em seus territórios, quanto daqueles que foram privados deles e tiveram que se reconstruir no meio rural ou urbano, invisibilizados pela sociedade.

Estou aqui, no presente, agora. E prometi falar pelos que vieram antes e não puderam, pelos que se esqueceram ou foram esquecidos. E que a partir de mim, não vão mais se esquecer.

